

Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas: Os Discursos de 2011 e 2015⁵

<https://doi.org/10.22151/ELA.4.2.2>

Pedro Chapaval Pimentel

Mestrando em Comunicação (UFPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR),
cp.pedro@gmail.com

Luciana Panke

Doutora em Ciências da Comunicação (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR)
panke@ufpr.br

Resumo

O Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas é um evento que move as relações diplomáticas. É a ocasião na qual os Estados-Membros se posicionam frente aos acontecimentos mundiais. O objetivo deste artigo é analisar o primeiro e o último discurso proferidos pela Presidente Dilma Rousseff nesse fórum em 2011 e 2015. A metodologia aplicada toma como pressuposto de análise a abordagem de representações sociais proposta por Moscovici (2015) e estruturada por Guareschi e Maya (2000). Os resultados apontam para descontinuidades discursivas no que tange à representação do gênero feminino e para continuidades na utilização de aspectos propagandísticos e de cooperação como meio de consolidação da imagem do Brasil no sistema internacional.

Palavras-chave: Comunicação Política, Comunicação Governamental, Discurso Político, Discurso Diplomático

Abstract

The General Debate at the United Nations General Assembly is an event that drives the diplomatic relations, by enabling UN Member States to adopt important stances regarding global matters. The article aims to analyse the first and last speeches delivered by President Dilma Rousseff in 2011 and 2015 at this forum. The methodology used is based on the social representations' perspective proposed by Moscovici (2015) and structured by Guareschi and Maya (2000). The results point to discursive discontinuities regarding the female gender representation and to a continuity in the use of propagandistic and cooperation aspects as means to consolidate Brazil's image in the international system.

Keywords: Political Communication, Government Communication, Political Speech, Diplomatic Speech

⁵ Trabalho apresentado no DT 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

Introdução

O Brasil foi o país responsável por realizar o primeiro discurso no Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, logo após a abertura proferida pelo Secretário Geral, em 1949. Anualmente, desde a ocasião da 10ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 1955, o Brasil assume a responsabilidade e mantém a tradição de ser o primeiro Estado-Membro da Organização das Nações Unidas (ONU) a se pronunciar no Debate Geral desta instituição (UN, 2016). Em 2011, ainda no primeiro ano de mandato da presidente brasileira Dilma Rousseff, ela se tornou a primeira mulher a abrir os trabalhos deste órgão, representando tanto um marco na história brasileira como na própria ONU.

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) é, por excelência, a plataforma política de maior grau democrático no ambiente internacional, uma vez que todos os 193 Estados-Membros da ONU possuem direito a voto e estão representados por Chefes de Estado, de Governo, ou Ministros das Relações Exteriores. O Debate Geral ocorre anualmente no mês de setembro e é, de acordo com Sardenberg (2013), o evento que recebe maior atração da opinião pública mundial, pois é o espaço em que os Estados têm para discursar e enunciar suas prioridades. Nessa plataforma ocorre um processo social de cooperação ou conflito entre Estados, que Wendt (1992) descreve como um processo de conhecimento intersubjetivo. Ali ocorrem trocas de identidades e interesses que possibilitam: (1) que ideias e conceitos pré-concebidos sejam reafirmados ou transcendidos e (2) que os agentes participantes deste processo definam de suas preferências.

Sardenberg (2013) apresenta as instituições internacionais, aqui materializadas pelas Nações Unidas e a sua Assembleia Geral, como um ambiente que permite acomodar e resolver tensões, descrevendo padrões de cooperação e conflitos entre Estados. Destarte, para Barnett e Finnemore (1999), essas organizações exercem poder enquanto partes de um mundo social onde relações entre diferentes agentes são construídas. Nessas organizações há, portanto, um “espaço de divulgação ideológica (que) procura levar o público a se tornar favorável a: primeiro prestar atenção; segundo pensar a respeito; terceiro mudar a percepção sobre o que foi tratado” (Panke, 2010: 36).

Nesse sentido Brandão (1994) explica que o discurso é o ponto de articulação entre um processo ideológico e os fenômenos linguísticos e que, por esta razão, é necessário observá-lo como uma esfera que opera entre os níveis linguístico e extralinguístico. Para a autora não é possível desconsiderar a ligação entre as “significações” de um texto e as condições sociais e históricas nas quais ele está inserido.

Sardenberg (2013) menciona que a presença de determinados temas segue um agendamento estabelecido pelo momento social, político e histórico vivido pela sociedade em questão, pois, como explicam Barnett e Finnemore (1999), as instituições internacionais são mais do que agentes independentes com suas agendas próprias, elas incorporam agendas de diversos outros agentes.

De acordo com Panke (2010), o discurso político só pode ser analisado a partir de sua relação com os elementos que o circundam, uma vez que a partir desse contexto é possível visualizar qual é o público e quais são as premissas essenciais para se estabelecer afinidade com ele, ou ao menos, criar uma pré-disposição dele. No caso da diplomacia brasileira, Sardenberg (2013) explica que há nos discursos brasileiros um arranjo de preocupações éticas e políticas envoltas em respeito às tradições nacionais e na busca de transformações. Ainda de acordo com o autor, a AGNU representa uma espécie de consciência do mundo onde as decisões tomadas são a personificação de um esforço que busca resolver problemas que dizem respeito a todo o sistema internacional.

O discurso oficial brasileiro proferido na AGNU, ora pelo Ministro das Relações Exteriores, ora pelo(a) Presidente da República, é entendido como um dos segmentos da comunicação governamental que se refere aos objetivos, papéis e práticas de comunicação implementadas por políticos do executivo no serviço de uma política racional. Essa comunicação caracteriza aquilo que Panke (2010) chama de discurso político no qual o sujeito que o profere materializa a voz da instituição a qual ele representa. Já Canel e Sanders (2012) explicam que isso ocorre, pois o orador tem como base consentimentos diretos ou indiretos do povo cujas vontades são decretadas. Posto de outra forma, o detentor do poder de fala adquire um *status* social para o exercício da palavra, neste caso em nome de toda uma nação. Assim, a fala do Estado brasileiro, personificada pelo seu representante, rege as relações do país com o mundo ao partilhar o que é prioritário para a sua política externa em consonância com um aparato de ideais, valores e aspirações.

É nesse sentido que o discurso pode ser analisado sob a perspectiva das representações sociais (RS), uma vez que elas envolvem:

um sistema de valores, ideias, práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (Moscovici, 1978: 21).

As RS também podem ser entendidas como “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (Jodelet *apud* Santos, 2011: 226). É por meio dessa partilha de conhecimento, aqui denominada por discurso, que as representações sociais se materializam (Santos, 2011). Portanto, num viés discursivo, é por meio dos discursos que as representações sociais se movimentam e concretizam.

A análise dos pontos abordados pelo Brasil na AGNU possibilita o entendimento de traços básicos de sua experiência no plano multilateral e, em especial, nas Nações Unidas (Sardenberg, 2013), uma vez que estes discursos dimensionam o mundo, ordenam fatos, explanam recortes da realidade e realizam uma luta simbólica pelo poder (Panke, 2010). Assim, este trabalho pretende auxiliar na identificação de continuidades existentes nas falas da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em distintas ocasiões com ressonância histórica para o país, para as Nações Unidas e, conseqüentemente para o cenário internacional.

Os Discursos de Dilma Rousseff Na AGNU (2011 e 2015)

O *corpus* delimitado para análise abrange os dois primeiros anos de mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011 e 2015). Em 2011, Dilma se tornou a primeira mulher a presidir o Brasil e também, por ocasião do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a primeira mulher a abrir os trabalhos desta organização desde a sua criação em 1945. Naquele ano, a crise econômica mundial que eclodiu em 2008 começava a atingir os governos de países desenvolvidos, gerando um cenário de desconfiança quanto à sua capacidade de honrar compromissos financeiros.

Fatores econômicos e políticos levaram diversos países árabes a enfrentar ondas de protestos e levantes populares, denominados Primavera Árabe, que causaram a queda diversos regimes políticos na região. Além disso, o mundo presenciou uma das maiores catástrofes ambientais da história, um terremoto seguido de tsunami que devastou o Japão e outros países da região.

Já em 2015, ano de celebração da 70ª AGNU, Rousseff também foi responsável por abrir os trabalhos no Debate Geral, mantendo o costume protocolar. No plano internacional, naquele ano a crise dos refugiados recebeu destaque internacional com o aporte de milhares deles em solo Europeu e a morte de inúmeros outros no trajeto. Ataques terroristas promovidos pelo grupo Estados Islâmico (ISIS, ISIL, Daesh) eclodiram em alguns países europeus. No cenário nacional, os efeitos da crise econômica de 2008 começaram a ser sentidos pelo Brasil,

como é o caso do rebaixamento das notas de crédito do país em classificações internacionais⁶. Além disso, denúncias de corrupção no governo vieram à tona, um processo de *impeachment* foi instaurado contra a presidente e protestos contra o governo começaram a eclodir no país.

Metodologia

Diante desse panorama, a análise comparativa proposta neste artigo toma como referência o trabalho de Batista e Corrêa (2015) que utiliza como metodologia a análise de representações sociais, empregada por Guareschi e Maya (2000). Seguindo nesses autores, a análise do discurso político de Dilma Rousseff em 2011 e 2015 está dividida em categorias diretas e categorias de ancoragem.

As categorias de ancoragem partem do princípio que ancoragem é um processo pelo qual dois ou mais interlocutores visam trazer aquilo que é estranho para o campo do comum e aceitável. Em outras palavras, a ancoragem é “um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (Moscovici, 2015: 61). No caso das categorias diretas, elas derivam do conceito de objetivação, que é tornar ideias e conceitos em algo real e concreto, dando uma imagem a eles. De acordo com Santos (2011) esse é um processo que possibilita aos interlocutores estabilizar temporariamente as informações em pauta.

Categorias diretas nos discursos de Rousseff

As categorias diretas propostas por Batista e Corrêa (2015) representam o processo de objetivação proposto por Moscovici (2015) e envolvem as quatro dimensões que seguem: (1) *Questão de Gênero*⁷, que se refere ao discurso de afirmação da mulher; (2) *Econômica*, relativa à conjuntura econômica; (3) *Propagandística*, referente à construção de uma imagem positiva sobre o Brasil; e (4) *Cooperativa* que promove um discurso integracionista.

Dimensão Questão de Gênero

Em 2011, Dilma Rousseff quebra um paradigma existente na Assembleia Geral das Nações Unidas, se tornando a primeira mulher a abrir os trabalhos desta instituição. Por este motivo, percebe-se que a esta dimensão é aquela que recebe destaque naquele momento.

⁶ Três agências de risco internacional – Standard & Poor’s, Fitch e Moody’s – rebaixaram a nota do Brasil com relação ao selo de bom pagador, o que representa um país seguro para investidores.

⁷ Optamos por utilizar o termo “Questão de Gênero” para referenciar esta dimensão discursiva por ela conter um alcance mais abrangente, embora em seu artigo, Batista e Corrêa (2015), tenham-na denominado como dimensão “Feminista”.

Conforme analisam Batista e Corrêa (2015), o discurso daquele ano é construído em um tom ativista visando à igualdade de gênero e defendendo o direito das mulheres.

O tema permeou todo o discurso, recebendo destaque em momentos retóricos importantes, como o início e a conclusão da fala. A informação de gênero é presente e marcante, inclusive quando Dilma reforça sua condição de mulher ao “identificar-se como ‘presidenta’ e não ‘a presidente’ (ente que preside) [...] conforme instituído pela Presidência da República para atos oficiais” (Batista e Corrêa, 2015).

Já em 2015, há uma notável redução nessas menções e na ênfase dada à questão de gênero, que ocorrem em três ocasiões durante todo o discurso. Somente no início do seu discurso Rousseff levanta a questão do gênero feminino, ao mencionar que dentre os temas que ganharam prioridade na Agenda internacional, estão “a questão de gênero, das mulheres e das meninas” (Rousseff, 2015). Além disso, não há sequer uma menção à condição da mulher exercendo uma função de liderança, tradicionalmente dominada pelo sexo masculino (Panke, 2016).

Embora temas referentes a gênero, em especial a presença feminina no cenário político e sua representação serem latentes em 2011, quando Rousseff se tornou a primeira mulher a abrir os trabalhos na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2015 ele é mencionado brevemente, no início e no fim do discurso. Uma hipótese para esta situação poderia ser encontrada na maior participação feminina em cargos de liderança.

Ao que tange essa hipótese, vale mencionar que no Brasil o público feminino ainda ocupa somente 10% das cadeiras da Câmara Federal. Enquanto no ano de 2010 as mulheres compunham 8,8% da Câmara (45 das 513 vagas), em 2014, houve um aumento para 51 mulheres. Ainda que isso represente um aumento de 13,33%, o número ainda é inexpressivo face à realidade do país cujas mulheres representam mais da metade do eleitorado. Vale mencionar que em 2016, o Projeto de Lei do Senado 263/2010⁸ que buscava ampliar a participação feminina no cenário político brasileiro foi barrado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Lima e Greco, 2015).

Mesmo que a ruptura de um paradigma em 2011 não tenha resolvido todas as implicações concernentes à questão de gênero, o discurso proferido por Dilma Rousseff trouxe à baila o assunto e, mais importante, colocou o gênero feminino no centro das atenções. Partindo da ideia da representação social de Moscovici (2015), a mulher, personificada por

⁸ “O projeto propõe uma alteração na Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) para que, na chapa de candidatos de determinado partido ou coligação às eleições para o Senado, conste o nome de uma pessoa do sexo feminino.” Disponível em: <http://www.comunicacaoeleitoral.ufpr.br/index.php/2016/03/29/inclusao-obrigatoria-de-mulher-em-chapa-de-candidatos-ao-senado-e-barrada-na-ccj/>

Dilma Rousseff passa a estar presente no evento, gerando implicações futuras no que é considerado comum. Destarte, a partir daquele momento, a presença de uma mulher como representante de um país dentro do mais importante foro mundial geraria uma nova representação social do papel político da mulher.

No que tange às Nações Unidas, a representatividade da mulher teve melhoras com Ban Ki-Moon no cargo de Secretário-Geral da organização. Conforme Letra (2016), desde 2007, Ban nomeou mais de 150 mulheres para cargos de alto nível e, além disso, cerca de 25% das Missões de Paz são chefiadas por mulheres, antes de Ban não havia mulheres como representantes especiais em campo.

Dimensão econômica

Uma vez que a dimensão econômica ocupou parte significativa do primeiro discurso de Rousseff na AGNU, para proceder à análise esta análise optou-se por dividir ambos os discursos em segmentos utilizando como referência os vocativos “Senhor Presidente” e “Senhoras e senhores” os quais, segundo Mota (2011), estabelecem um eixo na comunicação entre o emissor, a mensagem e os respectivos destinatários. Assim, discurso de 2011 foi segmentado em dez sessões, enquanto o de 2015 foi dividido em seis.

Batista e Corrêa (2015) avaliam que a economia apresenta significativa centralidade no discurso proferido por Rousseff em 2011, o que pode ser numericamente verificado por meio da presença do tema em três blocos completos e breves menções num outro. Neste ano, Rousseff coloca o Brasil como modelo para o restante do mundo apresentando “sua visão sobre a saída da crise econômica, (e) citando a experiência brasileira no quadro de recessão” (Batista e Corrêa, 2015: 65). Além disso, a presidente cita o Brasil como um país emergente e, ao mesmo tempo, um exemplo de desenvolvimento, “um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego” (Rousseff, 2011).

O Brasil coloca-se em um patamar de cobrança por mudanças econômicas, pois “há pelo menos três anos (...) o Brasil repete (...) que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global” (Rousseff, 2011). Para a presidente, o país coloca-se à disposição do sistema mundial na busca de soluções para resolver o problema, pois está desde o início da crise econômica mundial de 2008 “fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento” (Rousseff, 2011). A mudança de tom é perceptível em 2015 quando há uma expressiva redução na tônica dada à dimensão econômica, tema presente em apenas uma sessão das seis utilizadas como referência.

Rousseff introduz o tema econômico por meio de repetições, uma técnica retórica que visa acentuar determinado acontecimento ou ação (Citelli, 2002). Expressões como “por seis anos” e “aumentamos” se repetem no mesmo parágrafo.

Por seis anos, buscamos evitar que os efeitos da crise mundial que eclodiu em 2008 no mundo desenvolvido, se abatessem sobre nossa economia e nossa sociedade. *Por seis anos*, adotamos um amplo conjunto de medidas reduzindo imposto, ampliando crédito, reforçando o investimento e o consumo das famílias. *Aumentamos* os empregos, *aumentamos* a renda nesse período (Rousseff, 2015).

Logo após a ênfase nas medidas tomadas pelo país, Rousseff declara que “esse esforço chegou agora no limite” (Rousseff, 2015), aceitando o cenário de dificuldades enfrentado naquele momento.

Se em primeiro momento “os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise [...] por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias” (Rousseff, 2011), em 2015 o discurso brasileiro afirmava que apesar de todo o esforço do Brasil para evitar seus efeitos, o país finalmente sofre com ela. Contudo, este seria um momento de transição em que ainda haveria “condições de superar as dificuldades atuais” (Rousseff, 2015). Percebe-se assim que a dimensão econômica recebe especial atenção nesses dois períodos de modo que essa é uma das principais formas pela qual um país tenta se firmar como potência no cenário internacional (Pimentel e Reis, 2016).

Dimensão Propagandística

Batista e Corrêa (2015) avaliam que em 2011 Rousseff deu ênfase à posição de liderança brasileira para dar suporte à antiga demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Também foi dado destaque aos avanços do Brasil que mesmo combatendo os efeitos da crise econômica de 2008 não deixou de investir em políticas sociais para a erradicação da pobreza. Entre os elementos elencados para sustentar essa visão, o Brasil é colocado como vetor de paz, um país integracionista, líder, engajado em questões ecológicas e na luta contra desigualdades sociais dentro e fora de suas fronteiras.

A ênfase do discurso de 2015 se dá no Brasil como um “país de acolhimento” aos refugiados, temática em voga naquele momento. Pelo fato do país ser formado por refugiados, estaria aberto e de braços abertos para receber aqueles que fogem de conflitos militares sem um destino certo, já que o Brasil é uma região “onde impera a paz e a democracia” (Rousseff, 2015). Neste sentido, a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 serviriam para enfatizar que o Brasil esperava receber visitantes de todo o mundo “de braços abertos”.

Grande parte do discurso propagandístico passa a ser relativo a questões ambientais uma vez que o país apresenta atitudes que o diferenciam e o colocam como líder neste cenário, como é o caso da Conferência Rio +20. A conjuntura econômica, que não seria favorável, para de ser utilizada neste período visto às dificuldades que alcançaram o país em 2015 e é colocada como uma questão a ser superada. Para Rousseff, a economia brasileira de 2015 “é mais forte, sólida e resiliente do que há alguns anos atrás” e ainda, o país tem “condições de superar as dificuldades atuais e avançar na trilha do desenvolvimento” (Rousseff, 2015). Dessa forma, a questão ambiental é mesclada com o desenvolvimento em um Brasil que consegue conciliar os dois assuntos, conforme extrato a seguir.

O Brasil está fazendo um grande esforço para reduzir as emissões de gases de efeito estufa sem comprometer seu desenvolvimento, nosso desenvolvimento. Continuamos diversificando as fontes renováveis em nossa matriz energética, que está entre as mais limpas do mundo. Estamos investindo na agricultura de baixo carbono. Reduzimos em 82% o desmatamento na grande floresta amazônica (Rousseff, 2015).

Neste trecho, observa-se que Rousseff enfatiza as iniciativas brasileiras relativas aos impactos ambientais do desenvolvimento. O discurso sinaliza as ações tomadas pelo país, de certa forma, ditando a pauta a ser tratada pelas demais nações presentes no Debate Geral da AGNU e que são responsáveis pela execução do pacto na busca de ações sustentáveis.

Dimensão Cooperativa

Em 2011, Rousseff defendeu a integração e a cooperação entre países nos âmbitos econômico, ecológico e político como forma de resolver diversos problemas de ordem econômica, militar, ambiental e política (Batista e Corrêa, 2015). “Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados” (Rousseff, 2011). Este posicionamento reforça a análise anterior, de que o Brasil convoca outros países a tomar atitudes coletivas frente aos desafios mundiais.

Em 2015, novamente, Rousseff apresenta sua nação a favor da criação de um Estado Palestino e da solução de controvérsias com Israel. O fim ao contencioso diplomático entre Cuba e Estados Unidos é celebrado pelo Brasil, que se coloca como porta-voz da sua região geográfica afirmando que toda a “nossa região se regozija” (Rousseff, 2015) com esse fato. O acordo nuclear com o Irã é colocado como uma possibilidade de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos e o lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento, no âmbito dos BRICS, sinaliza a possibilidade da consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Novamente, a chefe de Estado brasileiro levanta a bandeira da coletividade afirmando que “o esforço para superar a pobreza e promover o desenvolvimento tem de ser coletivo e global” (Rousseff, 2015). A obra do artista brasileiro, Cândido Portinari, doada em 1957 pelo Estado brasileiro e alocada na sede das Nações Unidas, é tomada como referência para esta petição. Dilma apresenta no final de seu discurso que a “obra denuncia a violência e a miséria e exorta os povos a buscar o entendimento” (Rousseff, 2015). Dá-se a entender que a ONU não logrou tal entendimento e, e o Brasil reitera esta necessidade no mínimo desde 1957.

Esperamos que, ao ingressar neste recinto das Nações Unidas e ao olhar esses murais em sua entrada, sejamos capazes de escutar a voz dos povos que representamos e de trabalhar com afinco para que seus anseios de paz e progresso venham a ser atendidos. Afinal, foram esses os ideais que estiveram, 70 anos atrás, presentes no ato fundacional dessa grande conquista da humanidade que é a Organização das Nações Unidas (Rousseff, 2015).

Por sua vez, em 2015, vê-se a presidente destacar uma questão central no momento: a crise dos refugiados que fogem de guerras em seus países de origem. Nesse discurso, percebe-se, não apenas a disponibilidade do Brasil para acolher pessoas, mas uma espécie de chamamento para que todos os países se posicionem a respeito do tema.

Categorias de Ancoragem nos discursos de Rousseff

A ancoragem, ao associar sentimentos e questões de ordem afetiva ao discurso, realiza o intercâmbio de valores intrínsecos e extrínsecos a um indivíduo induzindo uma ação de entendimento (Xavier, 2002). Ela busca efetivar o processo de tornar algo não familiar em algo familiar. Assim, para tal análise, Batista e Corrêa (2015) categorizaram a ancoragem em três dimensões: (1) *Afetiva*; (2) *Dramática*; (3) *Vernacular*.

Dimensão Afetiva

De acordo com Batista e Corrêa (2015), em 2011, Dilma trabalhou o seu discurso político por meio de associações a sentimentos e a questões de ordem afetiva, de modo que as propagandas sobre as potencialidades nacionais estiveram ancoradas em referências subjetivas do Brasil como um país “querido” e “com cores tão vívidas” (Rousseff, 2011). As maiores referências afetivas envolveram, contudo, a posição de mulher da presidente brasileira frente àquela assembleia. O uso de vocativos como “minhas companheiras” e a tradução da sua posição de referência com sensações de “orgulho”, “honra”, “humildade”, “emoção” demonstram o tratamento afetivo à questão (Rousseff, 2011).

O discurso do ano de 2015 trouxe menos destaque à questão de gênero, de modo que não pode verificar a existência da dimensão afetiva com relação a esse aspecto. O privilégio de Dilma, desta vez estava em realizar seu discurso em uma data tão significativa quanto o aniversário de setenta anos das Nações Unidas, e não necessariamente e explicitamente em ser uma mulher participando daquele momento. A presidente brasileira menciona o “privilégio” em abrir aquela tribuna. Há ainda, menções à esperança de que a reunião de 2015 entrasse para “a história como um ponto de inflexão na trajetória das Nações Unidas” (Rousseff, 2015).

Diante das denúncias de corrupção no seu governo e dos protestos clamando mudanças políticas e sociais, Dilma coloca-se como parte do povo brasileiro ao dizer “nós, os brasileiros, queremos um país em que a lei seja o limite” (Rousseff, 2015). Entretanto, com o surgimento de manifestações a favor do retorno de um governo militar e pelo *impeachment* da presidente, Rousseff destaca as suas lutas durante o período militar ao falar das “conquistas pelas quais tanto lutamos” e que “muitos de nós lutamos por isso justamente quando as leis e os direitos foram vilipendiados durante a ditadura” (Rousseff, 2015).

Dimensão Dramática

Em 2011, Rousseff traduziu a condição financeira global por meio de

adjetivações e expressões carregadas de carga dramática. A presidente sustenta que, em razão da ‘crise’ econômica, ‘o mundo sofre’ e enfrenta ‘a face mais amarga da crise’. O resultado: a conjuntura econômica em declínio é responsável por ‘tirar a esperança’ e ‘deixar a violência e a dor’ (Batista e Corrêa, 2015: 70).

Já em 2015, a crise dos refugiados que acabara de eclodir passa a ser o carro chefe do discurso brasileiro. Se de um lado essa situação abre a possibilidade do país apresentar suas demandas, de outro o Brasil se posiciona como um país que não só pode, mas já está fazendo a diferença. Rousseff apresenta um “inquietante pano de fundo” (Rousseff, 2015) e propõe uma reflexão à comunidade internacional sobre os efeitos dessa crise.

Assim, os atos provocados por grupos terroristas são considerados “atos de barbárie” dos quais não se poderia ter complacência. Esses atos explicariam, em grande parte, a crise dos refugiados oriundos de “Estados nacionais desestruturados por ações militares ao arripio do Direito Internacional” (Rousseff, 2015) que faz como vítimas “grande parte dos homens, mulheres e crianças que se aventuram nas águas do Mediterrâneo e erram penosamente nas estradas da Europa” (Rousseff, 2015).

Dilma evoca o caso do menino sírio Alan Kurdi, que foi encontrado morto na costa da Turquia, e a morte de 71 imigrantes em um caminhão na Áustria como elementos que provocam “profunda indignação” (Rousseff, 2015). Se neste caso a dimensão dramática parece ser uma tentativa de invocar sentimentos de comunidade nos seus interlocutores, naquele é uma tentativa de trazer à tona o sentimento de paternidade e maternidade.

No que se refere à crise econômica, durante seis anos o Brasil adotou medidas para conter a crise de 2008, mas “este esforço chegou agora no limite” (Rousseff, 2015). Como resposta à crise, dentre as novas iniciativas, o país propôs cortes “drástico” de despesas.

Dimensão vernacular

Dilma Rousseff utilizou a dimensão vernacular em 2011 para enfatizar o que Batista e Corrêa (2015) chamam de “Dimensão Feminista”. A alusão a vocábulos do gênero feminino da língua portuguesa para ancorar o discurso de Rousseff em 2011, por meio de expressões como “vida”, “alma”, “esperança” e “coragem”, não se mostra presente em 2015.

Considerações Finais

Ao considerar o espaço da fala como um espaço que pode ser utilizado para a apresentação e negociação de ideias e valores é possível verificar por meio das representações sociais o desenvolvimento de posicionamentos no cenário internacional. O uso da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2015: 1978) permite a identificação e a classificação desses ideais e valores, juntamente com as aspirações brasileiras no plano internacional. Assim, a materialização de tais elementos ocorre por meio da objetivação e de ancoragem e se faz presente em discursos políticos, neste caso no Debate Geral da Assembleia das Nações Unidas.

Em 2011, o discurso de Dilma Rousseff no Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas centrou-se na valorização da mulher, na consolidação de uma imagem positiva do Brasil e no combate à crise econômica. Por outro lado, em 2015, durante a 70ª edição a questão da valorização da mulher passa à margem do discurso, que dá ênfase a outros elementos, como é o caso da crise dos refugiados e a conjuntura econômica.

Embora as mudanças verificadas no cenário político nacional sejam questionáveis e levantadas apenas como hipótese para a relativa ausência da questão de gênero, nota-se que, com base nas representações sociais, uma mulher em posição de liderança e destaque, personificada por Rousseff, pode vir a tornar-se familiar e trazer mudanças em médio e longo prazo.

Já o eixo econômico recebe atenção no discurso brasileiro, pois é um dos elementos que possibilita ao país posicionar-se como potência emergente. Há, contudo, uma redução na ênfase

entre 2015 e 2011. Isso ocorre, pois o Brasil passa de uma posição privilegiada de crescimento em 2011 para uma condição de enfrentamento direto aos efeitos da crise em 2015. Vale mencionar que o Brasil traz à baila as medidas tomadas pelo país e destaca, principalmente, sua maturidade com uma economia mais forte, sólida e resiliente. Ou seja, ainda que haja um impacto sobre o país, ele irá superar as dificuldades.

Essa perspectiva coaduna-se com a consolidação de uma imagem positiva do Brasil que, apesar de receber destaque no Debate Geral da AGNU, continua com necessidade de provar que merece maior reconhecimento no cenário internacional. Ao colocar-se como porta-voz regional, o país apresenta-se como uma nação em desenvolvimento, e até mesmo como uma potência regional, pois toma a frente em processos de desenvolvimento de paz e se coloca como modelo de democracia regional. Assim, ambas as dimensões propagandística e de cooperação amalgamam-se em direção a essa consolidação.

Por fim, não se pretende com este esgotar a análise do posicionamento brasileiro frente ao sistema internacional por meio dos discursos diplomáticos na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2011 e 2015. Dessa forma, a fim de aprofundar o estudo sugerimos a análise dos cinco discursos de Rousseff na AGNU a fim de realizar uma comparação temporal abrangente do período em que Dilma Rousseff esteve no comando do governo do Brasil e também à maneira como a mulher é apresentada nesses discursos com base na tipologia proposta por Panke (2016).

Referências

Barnett, Michael N. and Martha, Finnemore (1999): 'The Politics, Power, and Pathologies of International Organizations', *International Organization*, 53, (4): pp. 699-732. <http://dx.doi.org/10.1162/002081899551048> (Last Accessed: March 29, 2016)

Batista, Jandré Corrêa and Maximila Anelize, Corrêa (2015): 'A "voz feminina" de um Brasil "de cores vividas" sobre "a face mais amarga da crise". As dimensões políticas do discurso de Dilma Rousseff na 66ª Assembleia Geral da ONU' *Revista Compolítica*, 5, (2). <http://dx.doi.org/10.21878/compolitica.2015.5.2.116> (Last Accessed: May 20, 2016)

Brandão, Helena (1994): *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp.

Canel, María José and Karen Sanders (2012): *Government Communication: An Emerging Field in Political Communication Research*. In: Holli A., Semetko, and Margaret Scammell (Org.): *The Sage Handbook of Political Communication*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd. <http://dx.doi.org/10.4135/9781446201015.n8> (Last Accessed: May 15, 2016)

Citelli, Adilson (2002): *Linguagem e Persuasão*. 12. Ed. São Paulo: Editora Ática.

Guareschi, Pedrinho and Paulo V., Maya (2000): "Patológico, cinzento e Perdido": a representação social do PT segundo Mendelski', in Guareschi, Pedrinho (Org.). *Ética. Os construtores da informação: meios de comunicação*. Petrópolis: Vozes.

Letra, Leda (2016): 'Ban Ki-moon nomeou 150 mulheres para cargos de alto nível na ONU', *Rádio ONU*, 10 March 2016. Available at: <https://goo.gl/cakRbT> (Last Accessed: March 15, 2016)

Lima, Alice and Karen Greco (2015): 'Diversidade de gênero e marketing eleitoral: análise das propostas de governo da candidata à presidência Luciana Genro para mulheres e LGBTs'. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Política durante o VII Encontro de Pesquisadores em Comunicação (Enpecom).

Moscovici, Serge (2015): *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, Serge (1978): *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mota, Rodrigo dos Santos (2011): *Um discurso verde e amarelo: análise do discurso da Presidenta Dilma na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Mundorama (online).

Panke, Luciana (2010): *Lula, do sindicalismo à reeleição: um caso de comunicação, política e discurso*. Guarapuava: Unicentro; São Paulo: Horizonte.

Panke, Luciana (2016): Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências. Curitiba: Ed. UFPR.

Pimentel, Pedro Chapaval e Reis, Rafael Pons (2016): A inserção e a consolidação do Brasil no sistema internacional por meio da Minustah. *Conjuntura Global*, 5, (3). <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v5i3.50548> (Last Accessed: November 16, 2017).

Rousseff, Dilma (2015): Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas – NYC/USA. Available at: <https://goo.gl/ZUiXHb> (Last Accessed: May 10, 2016)

Rousseff, Dilma (2011): Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Available at: <https://goo.gl/qHlUcp> (Last Accessed: May 10, 2016)

Santos, Cristiane Alvarenga Rocha (2011): A teoria das representações sociais e a análise do discurso em uma narrativa esportiva de futebol. *Revista Diadorim*, v. 10.

Sardenberg, Ronaldo Mota (2013): 'O Brasil e as Nações Unidas', Brasília: FUNAG
UN – United Nations (2016): General Assembly of the United Nations. Available at: <http://www.un.org/en/ga/> (Last Accessed: April 20, 2016)

Wendt, Alexander (1992): 'Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics', *International Organization*, 46, (2): pp. 391-425. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027764> (Last Accessed: November 24, 2016)

Xavier, Roseane (2002): 'Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?', *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, 14, (2): pp. 18-47. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000200003> (Last Accessed: April 20, 2016)